



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **4 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 17 de abril de 2011

**DIÁRIO DO AMAZONAS**

Cresce investimento chinês na indústria do Amazonas ..... 1  
VEICULAÇÃO LOCAL

**O ESTADO DE SÃO PAULO**

Acordo sobre Código Florestal recebe críticas ..... 2  
VEICULAÇÃO NACIONAL

**FOLHA DE SÃO PAULO**

Governo afrouxa regra para verba de obras da Copa ..... 4  
VEICULAÇÃO NACIONAL

**O NORTÃO**

Senador Raupp apóia a fabricação e comercialização de produtos de informática em Guajará-Mirim ..... 6  
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO <b>DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u></b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Cresce investimento chinês na indústria do <u>Amazonas</u></b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

**Empresas de capital da China estão distribuídas nos segmentos de duas rodas, termoplástico e mecânico.**

**Manaus - O Amazonas está entre os principais destinos dos investimentos chineses no Brasil. Empresas daquele país anunciaram investimentos de US\$ 743 milhões no Estado, no período de janeiro de 2003 a janeiro de 2011. Cinco empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) possuem participação de capital chinês atualmente.**

A participação do Estado nos investimentos anunciados no País chega a 2% no período, segundo o levantamento da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai) da Secretaria de Desenvolvimento (SDP) da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). Os relatórios semestrais de investimentos anunciados no Brasil pela primeira vez fazem uma análise detalhada dos anúncios chineses. No Brasil, os recursos totalizaram US\$ 37,05 bilhões de janeiro de 2003 a janeiro de 2011.

O Polo de Duas Rodas obteve o maior volume de investimentos do Amazonas no período, 62,9%, com US\$ 467,6 milhões. O segmento eletroeletrônico teve participação de 29,9% e volume de US\$ 222,3 milhões. O Automotivo (mecânico) ficou em terceiro lugar, com US\$ 51,5 milhões e participação de 6,9%. O Polo Químico também apresentou participação, com um volume de US\$ 1,9 milhão.

De acordo com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o Polo Industrial de Manaus (PIM) possui cinco empresas com participação de investimentos chineses. Tainan Indústria e Comércio Ltda., do segmento termoplástico, CR Zongshen

Fabricadora de Veículos Ltda., Haobao Motor do Brasil e Gree Norte S.A do Polo de Duas Rodas e a Gree Electric Appliance do Brasil Ltda., que compõe o subsetor Mecânico.

Segundo a Suframa, os investimentos estrangeiros no PIM aumentaram 31,5% em 2010, em relação a 2009 e totalizaram US\$ 6,7 bilhões. No ranking dos países que possuem maior participação dos investimentos nas empresas do PIM, o Japão é o país com a maior fatia, 49%, seguido dos Estados Unidos (13%), Coreia do Sul (6,7%), Países Baixos (5,8%) e Finlândia (5%). A China figura na 17ª posição com participação de 0,32%, atrás de países como França (4,98%), Uruguai (3,98%), Canadá (1,54%) e Ilhas Cayman (0,86%).

A Renai destaca que houve um crescimento mais acentuado dos investimentos chineses a partir de 2006 no Amazonas, atingindo em 2008 o valor máximo previsto (US\$ 383,4 milhões). No ano seguinte, 2009, houve uma redução dos investimentos anunciados, atingindo o valor de US\$ 67 milhões, voltando, em 2010, com uma tendência de alta, ao alcançar US\$ 230 milhões.

O relatório destaca que houve um crescimento mais acentuado dos investimentos chineses a partir de 2006, atingindo em 2008 o valor máximo previsto (US\$ 383,4 milhões). No ano seguinte houve uma redução dos investimentos anunciados, atingindo o valor de US\$ 67 milhões, voltando, em 2010, com uma tendência de alta.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Acordo sobre Código Florestal recebe críticas</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## Ambientalistas e ruralistas criticam projeto de Código Florestal do governo

**Esforço do governo Dilma em atingir um consenso interno para fechar uma proposta de reforma do Código com chance de aprovação pelo Congresso expõe divisão da sociedade sobre o tema e acaba desagradando aos dois segmentos diretamente interessados**

### Afra Balazina e Andrea Vialli

O governo chegou a um consenso sobre o projeto de alteração do Código Florestal. Pela proposta negociada com os **Ministérios** do Meio Ambiente e da Agricultura, que deve ser votada no Congresso até junho, a grande maioria das propriedades rurais do País (95%) - que detém uma parcela menor das terras - sairia da ilegalidade. Mas ambientalistas e ruralistas continuam insatisfeitos.

O impasse sobre a reforma do Código Florestal teve início no ano passado, quando a proposta apresentada pelo deputado federal Aldo Rebelo (PC do B- SP) chegou a ser votada em comissão especial na Câmara. No entanto, o texto desagradou a ambientalistas e ao governo - que o consideraram muito favorável à expansão agrícola, o que, na prática, levaria a um aumento do desmatamento. O governo resolveu então modificar o projeto de Rebelo para facilitar sua aprovação no Congresso. No processo de negociação interna, os dois **Ministérios** tiveram de ceder.

Para o professor Jean Paul Metzger, do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP), não se deve simplesmente passar a borracha sobre os passivos ambientais, uma das mudanças previstas no projeto de Rebelo e mantida pelo governo. "Aceitar e legalizar não resolve a questão."

Metzger critica a proposta de permitir que os proprietários rurais façam a compensação da Reserva Legal no próprio bioma. Por exemplo, quem desmatou na Mata Atlântica, pode compensar em qualquer Estado que tenha o mesmo bioma. Segundo o governo, no entanto, serão definidas áreas prioritárias para isso. "É um absurdo biogeográfico", diz ele, que defende que a recomposição seja realizada na mesma bacia hidrográfica, numa área de 20 mil a 50 mil hectares. Para Metzger, outro risco dessa medida é que as áreas que não têm interesse para a agricultura concentrarão reservas, enquanto outras ficarão sem nada.

Pelo acordo do governo, o produtor poderá descontar as Áreas de Preservação Permanente (APPs), como margens de rios e topos de morros, da área de Reserva Legal. Em geral, a Reserva Legal tem de ser de 20% da propriedade. Mas na **Amazônia** ela aumenta para 80% e, no Cerrado dentro dos Estados na **Amazônia** Legal, para 35%.

"Todo mundo está de acordo em restaurar APPs. É **importante** para a **produção** de água, para a biodiversidade, para evitar desmoronamentos", diz Rodrigo Lima, gerente-geral do Instituto de Estudos do **Comércio** e Negociações Internacionais (Icône). Segundo ele, entre ter APP ou Reserva Legal, a primeira é mais relevante. Por isso, defende que os produtores possam somar as áreas de APP com Reserva Legal.

E ainda não está claro na proposta do governo se haverá mecanismos de estímulo para recuperar áreas degradadas. "O que preocupa é que a discussão ficou centrada na questão dos perdões. Não se discutiu uma revisão do Código que seja estratégica para o País", avalia Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra - **Amazônia** Brasileira.

Na negociação da proposta, o **Ministério** do Meio Ambiente aceitou reduzir para 15 metros as APPs às

margens já degradadas dos rios de até 10 metros de largura. O **Ministério** da Agricultura aceitou manter 30 metros nas margens ainda preservadas. A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação Nacional da Agricultura, afirmou que a mudança atende a reivindicações dos pequenos proprietários, o que é positivo. Mas ela é contrária à delimitação fixa do tamanho das APPs. "Não concordamos com um número

fixo, seja de 15 ou 30 metros, para o País todo. Isso é discutível do ponto de vista técnico."

Marcio Astrini, da Campanha **Amazônia** do Greenpeace, diz que a ONG cobra da presidente Dilma Rousseff que não aceite nenhum tipo de anistia para quem desmatou no passado - ela afirmou durante a campanha que não admitiria anistia. / COLABOROU MARTA SALOMON

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo afrouxa regra para verba de obras da Copa</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Para evitar atraso nas obras da Copa de 2014, a Caixa Econômica Federal e o BNDES têm feito vista grossa para procedimentos usualmente adotados ao assinar contratos de empréstimos.**

**Segundo as instituições, os recursos são liberados apenas com as exigências atendidas.**

**Governo cria atalho para verba de obras**

**COPA-14**

**Caixa e BNDES não seguem regras rígidas para assinar contratos de financiamento para Mundial**

**DIMMI AMORA**

**DE BRASÍLIA**

O atraso nas obras para a Copa de 2014 está levando órgãos de financiamento a fazer vistas grossas para os procedimentos normalmente adotados para empréstimos a outros tipos de obras.

O acordo era que a Caixa Econômica Federal financiaria obras de transporte, e o BNDES, obras de estádios.

Ambas seriam feitas por Estados e municípios e tinham previsão de R\$ 11,5 bilhões e R\$ 5,7 bilhões, respectivamente. As obras de aeroportos e portos são feitas com recursos federais.

Esses financiamentos dependem da apresentação de documentos pelos governos, e os bancos têm regras rígidas para assinar os contratos e liberar os recursos.

Mas, no caso da Caixa, os contratos para obras de transporte em Porto Alegre, Cuiabá e Belo Horizonte -os primeiros a serem assinados, no segundo semestre de 2010- não tiveram nem sequer análise de engenharia.

Os engenheiros do banco disseram que não havia informações suficientes para dar parecer sobre a viabilidade e a correção dos projetos.

Segundo documento do TCU (Tribunal de Contas da União), também não existiam nesses financiamentos estudos de impacto ambiental e de vizinhança. Em Cuiabá, o órgão ambiental liberou sete obras da obrigatória apresentação de relatório e estudo de impacto.

Para técnicos do TCU, a falta das análises é irregularidade e pode levar a aumento dos custos e prejuízo ao erário. Os ministros, porém, entenderam que a prática é regular por ser o momento da assinatura. Os contratos foram assinados pela Caixa.

Segundo disseram funcionários do banco ao TCU, no caso da Copa, "foi adotado o procedimento [contratação antes da análise] com vistas a evitar atrasos na realização das obras, dada a relevância do cumprimento de prazos".

"Quanto mais próximo chega do evento, mais aumentam a tendência e a pretensão de que se deixem de lado estas questões [técnicas e jurídicas]. Estamos trabalhando para que isso não aconteça", disse o procurador Paulo Roberto Galvão de Carvalho, do grupo de acompanhamento da Copa-14 da Procuradoria da República.

Segundo Carvalho, hoje praticamente todas as obras estão atrasadas. Para ele, o cumprimento das regras trará benefícios de não haver paralisação por estouro de orçamento ou por erro de projeto, por exemplo.

No caso do BNDES, que financia até R\$ 400 milhões para os estádios, os cinco contratos assinados não tinham projetos detalhados.

Foi imposta a condição de liberar até 20% dos recursos até análise dos projetos pelo TCU. E o tribunal está encontrando problemas em praticamente todas as arenas.

O caso emblemático é o do Maracanã, onde a obra, após detalhamento, já subiu 30%.

Já no caso dos contratos da Caixa, a solução foi permitir ao banco que só libere recursos à medida que Estados e municípios apliquem recursos próprios na obra

(contrapartida). Isso evitaria a liberação de todo o dinheiro sem o projeto concluído.

	VEÍCULO O NORTÃO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Senador Raupp apóia a fabricação e comercialização de produtos de informática em Guajará-Mirim</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Atendendo a uma solicitação do setor produtivo de Rondônia, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que vai assumir a relatoria de um projeto de lei que possibilite a utilização de incentivos fiscais da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim (ALCGM) para a implantação de um polo tecnológico no município, com a montagem e comercialização de produtos de informática.**

A informação é do presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae e do Sindicato da Micro e Pequena Indústria de Rondônia (Simpí/RO), Leonardo Sobral. “O senador se mostrou sensível ao pleito de Guajará-Mirim, que necessita deste incentivo para que o município saia da estagnação econômica em que se encontra, e temos certeza de que em breve esta reivindicação do empresariado local será atendida”, considera Sobral.

O segundo mais antigo município de Rondônia, e também o que tem a segunda maior extensão territorial (24.856 km<sup>2</sup>), localizado na fronteira com a Bolívia, Guajará-Mirim tem 93% de sua área tomada por unidades de conservação e terras indígenas, o que impede o **desenvolvimento** da agricultura e da

pecuária, e o município não tem outra saída a não ser a industrialização.

“A opção pela informática deve-se ao grande volume de recursos que este setor movimenta em Rondônia – R\$ 750 milhões em 2010, o que representa 6% do **PIB** do Estado, segundo a **Fecomércio**. Além disso, a montagem de computadores não exige grandes investimentos e o oferecimento de produtos montados no próprio município possibilitará o acesso a produtos com preços mais em conta, o que viria a fortalecer o turismo em Guajará”, relata o presidente do Simpí.

O projeto de montar um polo tecnológico em Guajará-Mirim é uma reivindicação da Associação Comercial e Industrial do município que ganhou o apoio do setor produtivo de Rondônia, o qual está atuando de forma articulada em defesa do **desenvolvimento** sustentável da economia de Rondônia. Fazem parte desta articulação, as seguintes federações: Agricultura e Pecuária (Faperon), Micro e Pequena Empresa (FEEMPI/SIMPI), **Comércio** e Turismo (**Fecomércio**) Associações Comerciais de Rondônia (Facer) e Câmara de Dirigentes Lojistas (FCDL) do Estado.